



RESENHA/RECENSÃO – BOOK REVIEWS

NUNES, Erivaldo Sales. *Bate Folha: trajetória e memória do Candomblé de Bernardino*. Salvador: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, 2020. 328 p. ISBN 978-856756245-2.

*Marcos Rodrigues**

A trajetória do Terreiro Bate Folha e a história de vida de seu fundador Manoel Bernardino da Paixão (1892-1946), *Tata Ampumandezu*, um dos grandes líderes religiosos desta diáspora africana, na primeira metade do século XX. Este é o tema do livro de autoria do professor Erivaldo Sales Nunes, antes apresentado como pesquisa de Doutorado em História, pela Universidade Federal da Bahia. Agora oportunamente chega ao público fora do meio acadêmico com uma valiosa discussão em pauta, tendo em vista as práticas sociais de intolerância religiosa e os crescentes crimes de racismo, na atualidade, sob anuência das instituições.

O livro certamente demarca a necessidade de reconhecimento da importância da atuação de Manoel Bernardino no combate à discriminação e na luta pela preservação das práticas religiosas de matriz africana. A narrativa parte da abordagem sobre a resistência das comunidades de terreiro perante os fatos emblemáticos que marcaram as primeiras décadas do século XX. Com isso, faz conhecer mais uma parte da história de um homem negro no enfrentamento à política de marginalização do processo civilizatório higienista.

* José Marcos Brito Rodrigues é Mestre em Estudos Étnicos e Africanos (UFBA); Bacharel em Comunicação (UFBA), autor de textos em jornais impressos e revistas eletrônicas. Autor do texto O lugar e a pesquisa: relato de uma experiência de campo em Praia Grande (Ilha de Maré) in: SANTOS, Jocélio Teles dos. *Discutindo Etnicidades*. Salvador: Edufba, 2014, p. 43-67.



Seria uma publicação ao acaso se o autor não fosse originário da região do Recôncavo Baiano com ligações ancestrais religiosas na família, tendo seu avô ocupado cargo na hierarquia de um terreiro cujo nome não foi revelado. Sua experiência de estudos sobre memória, cultura e religiosidade afro-brasileira parece ter contribuído na escolha do caminho para essa pesquisa. Apesar de não ter iniciação religiosa, hoje sua ligação ancestral segue com dois sobrinhos que integram a família de santo do Terreiro Bate Folha, localizado no bairro da Mata Escura, em Salvador.

Professor do Instituto Federal da Bahia (IFBA), Erivaldo Nunes se dedicou à investigação do Terreiro Bate Folha entre os anos de 1916 e 1946, e a respectiva atuação do *Tata* Manoel Bernardino da Paixão. Com a devida competência, cruzando informações entre as atitudes de Bernardino e a sociedade, Nunes faz o uso epistêmico multidisciplinar da história, sociologia, antropologia e etnolinguística, além de fontes e ferramentas auxiliares necessárias a uma pesquisa etnográfica.

O livro preenche uma lacuna com lineamentos sobre a linhagem muxicongo dentro dos estudos etnológicos. A investigação procura identificar e compreender o lugar do sujeito Bernardino e do espaço Bate Folha na cidade do Salvador. A narrativa revela faces de uma tradição importante para a continuação de um legado mantido na linha da subalternidade do conhecimento em que os negros eram vistos como uma mancha social, conforme o marco conceitual do período.

Manoel Bernardino possui uma origem nebulosa, muito comum aos jovens da época, com uma história familiar que se perde na memória da escravidão. Avança na vida para ocupar um espaço e demarcar sua importância na negra Salvador, herdeira de uma cultura calcada nos moldes eternos dos senhores de engenho. Sua iniciação religiosa se dá pelas mãos de um africano da tradição muxicongo, na cidade de Santo Amaro da Purificação (BA). Ainda jovem, adquire, na capital, uma área para construção do terreiro que lidera por 30 anos. No complemento de suas obrigações, agrega os rituais de tradição angola, segundo o relato empolgante que tece sobre as implicações internas e externas ao Bate Folha.

A proposta de revisitar o panorama histórico brasileiro da primeira metade do século XX, revela uma Bahia dos primórdios da era republicana ainda com as marcas da cultura imperial escravista. As práticas de intolerância religiosa do Estado brasileiro,

com medidas de perseguição e repressão contra manifestações de origem africana, eram as palavras de ordem. De acordo com a pesquisa, Manoel Bernardino era um homem inteligente, estratégico e visionário principalmente por fundar e manter um espaço sagrado, hoje centenário. Já se preocupava com as tradições desde os anos de 1920 e, certamente, se tornou respeitado por sua personalidade e seus dotes religiosos.

O livro segue os desdobramentos do regime republicano através de uma narrativa historiográfica com base em fontes documentais, orais, iconográficas e bibliográficas. A pesquisa confirma sua importância ao registrar o senso de pertencimento e a relação de identidade dos informantes, além de trazer uma visão do campo investigado e uma discussão preciosa sobre as fontes consultadas, o que é característico de trabalhos empíricos, etnográficos. Organizado em sete capítulos, didaticamente ilustrado, o livro vem somar com mais um olhar sobre a história social do candomblé da Bahia, especialmente a vertente congo/angola do Terreiro Bate Folha.

No primeiro capítulo, denominado Ponto de Partida, o autor já sai lembrando a pouca visibilidade sobre a tradição congo/angola quando se trata da formação histórica do candomblé. Lembra que várias lideranças religiosas lutaram pela legitimação do candomblé como religião e, apesar disso, os estudiosos só conseguiram focar seus estudos africanistas a partir da África ocidental de expressão iorubá. Daí o valor da pesquisa para o debate científico sobre a formação histórica dos terreiros de candomblé, em especial do Bate Folha.

O segundo capítulo do livro expõe a prática jurídica da Bahia republicana contra as políticas de afirmação social da população negra. O autor discute detalhadamente o Código Penal de 1890 que punia toda prática religiosa não oficial, considerada perturbadora da ordem do Estado. A legislação incriminava feiticeiros, curandeiros, olhadores, como forma de controle das expressões de matriz africana vistas como risco ao processo civilizatório republicano. No contexto de então, as lideranças negras religiosas procuravam se defender do aparato jurídico e policial ao tempo em que negociavam condições, alinhamentos e prestígio.

A prática do deslocamento rumo às periferias estava entre as estratégias para escapar das perseguições. Conforme o texto, havia uma combinação de políticas que demarcaram pontos de resistência a exemplo do registro jurídico em formato associativo. O Bate Folha cria a Sociedade Beneficente Santa Bárbara com a particularidade de a diretoria ser formada com predominância masculina. São 18 homens, nenhuma mulher. Também, como podemos observar mais adiante, só homens compõem a linha sucessória do terreiro.

A discussão básica no terceiro capítulo gira em torno da atuação destacada de Manoel Bernardino, ao lado de Joãozinho da Gomeia, no II Congresso Afro-Brasileiro, em 1937, evento pautado essencialmente pelas preservação cultural e luta contra a opressão policial. Sua participação ficou marcada, segundo apuração do pesquisador, pela publicação de um artigo nos anais do congresso e pela organização da festa de encerramento. Nunes explora pontualmente o conteúdo do artigo apresentado por Bernardino, uma novidade para os curiosos, porém muito oportuno para a retomada dessa memória.

A análise do material investigado traz ainda dois fatos importantes que chamaram a atenção do autor: o relativo abrandamento da imprensa baiana com um discurso mais receptivo ao candomblé e a atuação preponderante das lideranças de tradição congo/angola sobre a suposta hegemonia nagô de expressão iorubá. O congresso teve consequências benéficas para a comunidade religiosa. A mais importante certamente foi a criação da União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia. No procedimento metodológico adotado pelo autor, merece destaque a ferramenta da leitura iconográfica, uma tendência inovadora nos estudos científicos que facilita o entendimento da investigação. Ao longo do texto, as análises de imagens e quadros complementam o êxito didático da narrativa dinâmica e prazerosa.

A trajetória do terreiro a partir do contexto de aquisição da área, data de fundação, definição do nome e simbologia, cadeia sucessória, localização e limites de fronteira são os pontos de discussão do quarto capítulo. Por se tratar de uma linhagem de origem banto, o autor se apoia na etnolinguística como forma de sistematizar a presença das línguas quicongo e quimbundo na cultura baiana. Ao abordar a

formação da família de santo, a oralidade é a grande ferramenta para revelação da memória e construção da história do terreiro, além da documentação escrita.

Um dado interessante da pesquisa é que o local onde se encontra o Terreiro Bate Folha já fora ocupado pela ancestralidade de tradição jeje, revelação que só foi possível através da oralidade, graças aos depoimentos coletados. A aquisição do local por Bernardino foi uma garantia da preservação ancestral que remonta à primeira metade do século XIX, tendo em vista a existência de uma passagem precursora, mesmo que de outra linhagem.

A discussão sobre as redes, aproximações e conflitos, o terreiro como lugar de sociabilidades, vínculos de amizade e solidariedade com intercâmbio entre grupos de tradições diversas, é o mote do quinto capítulo. A partir do elemento festa gira a existência humana associada ao conflito, rupturas e continuidades. Um exemplo de multiculturalismo que o discurso simplista tende a ignorar ou fugir à sua existência. O Bate Folha enfrentou discussões ligadas à mistura de ritos e credos, pureza e fraqueza, situação nada diferente de outros espaços menos visíveis quando o assunto é ancestralidade religiosa.

O autor apresenta ampla descrição etnográfica do terreiro com apoio do material iconográfico, usos e localização dos espaços. Um quadro narrativo que sintetiza formação das famílias de santo de tradição congo/angola e a relação do Bate Folha com os outros terreiros naquele período. Vale lembrar, de acordo com a pesquisa, que o entrosamento entre lideranças era mais intenso do que se pode imaginar e o Bate Folha era mais próximo aos terreiros de tradição nagô. O texto revela que o viés religioso e a rede social do Bate Folha com outras tradições de matriz africana demarcaram a sua política de afirmação. Essa é mais uma lacuna preenchida pelo estudo no plano histórico que muito deve contribuir na compreensão da trajetória do candomblé no início do século XX.

Nos dois últimos capítulos, o autor argumenta sobre tramas, fios da memória de Manoel Bernardino e a relação social do sujeito com o espaço que ocupa. O paralelo entre as trajetórias gerou uma rede de contatos e convivências que, na atualidade, pode ser definida como política de afirmação em comunidade. Como é possível observar, os dados levantados não dão conta da sua origem e dos seus primeiros

anos de vida. Mesmo com o uso da oralidade, a imprecisão de datas e locais deixa em aberto lacunas para futuras investigações, conforme assegura o pesquisador. Entre imagens e depoimentos, o autor provoca o despertar de uma memória dentro e fora do terreiro.

A narrativa transmite o perfil sisudo, elegante e articulador de Manoel Bernardino que, mesmo preso duas vezes pela polícia, manteve sua habilidade de negociar e garantir seu espaço social. O autor explora um pouco a relação estabelecida com autoridades políticas em pleno Estado Novo. Certamente seu mérito maior foi se destacar como líder religioso de uma comunidade num período em que o discurso construído priorizava o matriarcado do candomblé. Sua atuação religiosa foi objeto de estudo e observação de pesquisadores nacionais e estrangeiros, apesar da suposta hegemonia nagô na cidade. Sua morte e sepultamento foram noticiados pela imprensa com ampla repercussão.

Há momentos em que o tema se torna delicado e híbrido para leitura de entrelinhas. Com o êxito de chegar ao fim do texto querendo mais, o leitor fica na encruzilhada com algumas dúvidas. A primeira, talvez, de ordem metodológica. Ao longo de toda a narrativa, Manoel Bernardino é tratado pelo nome civil enquanto Antonio José da Silva, seu sucessor, é tratado pelo nome religioso de *Bandanguame*. Qual teria sido o critério para isso? A segunda dúvida é acerca da relação nada amistosa entre Manoel Bernardino e Joãozinho da Gomeia. Era público e notório que não se davam bem. Ainda assim, foram os nomes de destaque no II Congresso Afro-Brasileiro como representantes da tradição congo/angola. Faltou o autor elucidar como eles, inimigos declarados, participaram harmonicamente de evento de tamanha importância.

Outra dúvida a ser observada é que não há notícias de descendentes de Bernardino. Onde foi parar a filha adotiva, mencionada como filha de santo do seu sucessor, *Bandanguame*, uma vez que, no fim, sua mãe surge em documentos como única herdeira? É compreensível que todo trabalho tem suas atribuições durante as etapas de realização. Contudo, é recomendável, nas próximas edições, corrigir os erros técnicos da primeira menção ao II Congresso Afro-Brasileiro em 1946 (p. 34) e do parágrafo repetido (p.113-114).

Por último, vale salientar que a documentação apresentada na pesquisa demonstra o caráter notável de Manoel Bernardino e do Terreiro Bate Folha na história do candomblé. Em se tratando de uma pessoa, ao que parece, sem parentes ancestrais na religião, enfrentou preconceito racial e religioso, se constituiu uma liderança quando os espaços de prestígio eram negociados e compartilhados também pelas mulheres. Fundou um terreiro de grandes dimensões que segue mantido no século XXI, inclusive com registro de Patrimônio Histórico Nacional (2003). Sem esgotar o assunto, o livro amplia os debates, abre caminho a outros diálogos e recortes para enriquecer ainda mais a história do Bate Folha e suas lideranças.